

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
COORDENADORIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

A POLÍTICA DE INCENTIVOS FISCAIS E O CÁLCULO DO VOTO

Um estudo sobre o caso de Goiás

Alessandro Melo da Silva

Julho de 2014

Orientador: Prof. Dr. Pedro Santos Mundim

Alessandro Melo da Silva

A POLÍTICA DE INCENTIVOS FISCAIS E O CÁLCULO DO VOTO

Um estudo sobre o caso de Goiás

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás (PPGCP-UFG), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Linha de Pesquisa: Eleições, Comportamento Político e Opinião Pública.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Santos Mundim.

Goiânia
2014

Alessandro Melo da Silva

A POLÍTICA DE INCENTIVOS FISCAIS E O CÁLCULO DO VOTO

Um estudo sobre o caso de Goiás

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº Pedro Santos Mundim (UFG) – Presidente

Profª Drª Denise Paiva Ferreira (UFG) – Titular

Profº Drº Carlos Leão (UFG) – Titular

Profº Drº João Carlos Amoroso Botelho (UFG) – Suplente

Goiânia
2014

À minha família, a qual sempre acredita e me incentiva à alcançar os meus sonhos. Em especial a minha amada esposa, Katia, e meu filho, Guilherme.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente devo agradecer à Deus que me permitiu ter saúde e disposição para completar mais uma etapa na minha vida.

Minha adorada família pelo apoio e paciência, pois por diversas vezes tive que me privar da companhia de vocês para concluir esse trabalho. Obrigado Katia e Guilherme.

Aos meus pais que desde da minha infância investiram na minha educação e me apontaram para o caminho do estudo, fazendo com que eu enxergasse nos estudos um prazer e a motivação para crescer e evoluir. Obrigado Dona Carlla e José de Assis.

Aos meus colegas da primeira turma de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás pela companhia nesse desafio.

Aos professores do Programa, em especial ao meu Orientador, Professor Doutor Pedro Santos Mundim, pela atenção e paciência. Meu muitíssimo obrigado.

Por fim, gostaria de agradecer ao meu avô paterno, Francisco de Assis Carvalho da Silva, que além de sempre incentivar meus estudos foi e sempre será o exemplo de ser humano que um dia quero ser. Obrigado Dr. Assis.

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de abordar e investigar a relação entre políticas públicas e comportamento eleitoral. Especificamente, a política de incentivos fiscais que foi implementada de forma agressiva nos últimos vinte anos. Estudaremos o caso do Estado de Goiás e a partir do volume de recursos aplicados na política em questão, iremos avaliar os resultados eleitorais nos 246 municípios do Estado em quatro ciclos eleitorais, 2004, 2006, 2008 e 2010.

Para tanto, utilizaremos métodos quantitativos para identificar a correlação entre as variáveis relacionadas com a política de incentivos fiscais e os resultados eleitorais. Três modelos estatísticos foram construídos com o objetivo de clarear como essa ação governamental pode influenciar no comportamento eleitoral. Por fim, apresentaremos estimativas desse impacto.

Os resultados alcançados indicam claramente que a política de incentivo fiscais e os resultados eleitorais em Goiás possuem elevada relevância estatística. Nos ciclos eleitorais analisados a política de benefícios foi uma variável bastante representativa. Contudo, mais estudos devem ser desenvolvidos, pois o comportamento eleitoral é um tema complexo, onde inúmeras variáveis e diversas teorias são relevantes e não podem ser ignoradas.

Palavras-chave: Política, Política pública, Benefícios fiscais, Incentivos fiscais, Comportamento eleitoral, Eleição, Voto, Goiás.

ABSTRACT

This study aims to investigate the relationship between public policy and electoral behavior. Specifically, the policy of tax incentives, which was implemented aggressively in the last twenty years. Our object is the case of the State of Goiás and from the volume of funds invested in the policy in question, we will assess the election results in the 246 municipalities in the State in four electoral cycles.

To this end, we use quantitative methods to identify the correlation between the variables related to the policy of fiscal incentives and the election results. Three statistical models were built with the objective of clarifying how this governmental action can influence in electoral behavior. Finally, we present estimates of this impact.

The results clearly indicate that the tax incentive policy and the election results in Goiás have high statistical relevance. In the case studied, the electoral cycles in 2006, 2008 and 2010, the policy benefits may have been a variable fairly representative. However, further studies should be developed, because the electoral behavior is a complex theme, where numerous variables and various theories are relevant and cannot be ignored.

Keywords: Politics, Public policy, Tax benefits, Tax incentives, Electoral behavior, Election, Vote, Goiás.

SUMÁRIO

Apresentação	9
1. Da Política de Incentivos Fiscais ao Cálculo do Voto.....	11
1.1. A Política de Incentivos Fiscais.....	11
1.2. O Conceito da Racionalidade	13
1.3. A Lógica Básica do Eleitor.....	15
1.4. Indicadores Econômicos e o Voto	19
1.5. O Cálculo do Voto.....	20
2. Um Estudo sobre o Caso do Estado de Goiás.....	26
2.1. Modelo	26
2.2. Apresentação dos dados	31
2.3. Análise dos Resultados.....	37
3. Considerações Finais	44
Referências Bibliográficas.....	47

APRESENTAÇÃO

Partindo da afirmação de Downs (1957, tradução nossa) de que todo partido político é uma coalizão de homens e mulheres que cooperam com o objetivo de assumir o controle do governo, tão somente, para desfrutar do prestígio, poder e dinheiro que o aparato estatal é capaz de proporcionar temos que os partidos no poder buscam, através da implementação de políticas públicas, convencer o eleitor que merecem ser mantidos onde estão. A partir desse enfoque iremos analisar a atual política de incentivos fiscais praticada pelo Estado de Goiás desde 1984.

Iremos discutir o surgimento dessas políticas fiscais, que objetivam, lá na sua origem, o desenvolvimento regional, e conseqüentemente influenciaram no crescimento econômico de Goiás nos últimos anos. O desenvolvimento econômico trás para os cidadãos do Estado, a ampliação do mercado de trabalho e provavelmente uma maior distribuição das riquezas; e esses fatores econômicos permitem um ambiente político e econômico de satisfação com o grupo político no poder. Tais variáveis levariam os cidadãos a retribuir e demonstrar sua aprovação através do voto.

E é essa a lógica, que muitas vezes podemos perceber através do senso comum, que tentaremos verificar nesse estudo, buscando entender, através dos dados e do método científico, como uma política pública que a princípio é focada e direcionada para grandes conglomerados econômicos, pode afetar a vida do cidadão comum, incentivando o mesmo, através do “cálculo do voto”, a exercer seu direito político de votar em favor dos partidos políticos no poder, os quais patrocinam a política fiscal em tela.

A pergunta chave é: a renúncia de receita efetivada através dos programas estaduais de incentivo fiscal resulta em votos? Para tentar responder, analisaremos, através de ferramentas estatísticas, dados econômicos e sociais de 2003 a 2010 e os resultados eleitorais em quatro ciclos (2004, 2006, 2008 e 2010). Os resultados obtidos indicam claramente a relevância e a influência da política de incentivos fiscais para o processo eleitoral no Estado de Goiás.

Outro objetivo do trabalho, ora exposto, é instigar o meio acadêmico, em especial a Ciência Política nacional, a investigar as ações governamentais mais de perto. Buscando compreender as ações dos governos e seus reflexos sociais e políticos. No nosso caso, buscamos estudar uma política pública que geralmente é investigada por economistas, e que tem um cunho político eleitoral encoberto. Nosso esforço é na direção de expor esses

interesses e abordar o tema sob o prisma da Ciência Política, mais precisamente, sob o prisma político eleitoral.

Esse trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos a discussão teórica que permeia a pesquisa, começando com uma breve explicação sobre as políticas de incentivos fiscais no Brasil e no Estado de Goiás, passando pela discussão sobre o conceito da racionalidade, pela construção da lógica básica do eleitor, atravessando o debate de como os indicadores econômicos seriam percebidos pelo mesmo, desembocando na Teoria do Cálculo do Voto. No segundo capítulo iremos estudar o caso de Goiás, apresentado a metodologia utilizada, os modelos, os dados e seus resultados. Por fim, apresentaremos as conclusões da pesquisa.

1. DA POLÍTICA DE INCENTIVOS FISCAIS AO CÁLCULO DO VOTO

1.1. A Política de Incentivos Fiscais

Todos nós somos afetados diariamente pelos efeitos sociais ou econômicos das políticas públicas implementadas pelos mandatários do poder, legitimado através dos processos eleitorais. Contudo, nem sempre nos damos conta de como essas ações governamentais funcionam, de como elas podem interferir no nosso dia a dia. A política de incentivos fiscais que vem sendo adotada por todos os Governadores do Estado de Goiás desde a década de 80 é um bom exemplo disso.

Inicialmente, faz-se necessário explicar melhor o que vem a ser uma política de incentivos fiscais, ou seja, o que é um incentivo fiscal? Como isso funciona? Quem pode usufruir desses incentivos? O que o cidadão comum tem a ver com essa política? Para respondermos todas essas perguntas, devemos fazer um breve histórico, sem o qual o entendimento sobre a temática ficaria bastante prejudicada.

As políticas de incentivos fiscais, no Brasil e no resto do mundo, têm um objetivo central: promover o desenvolvimento econômico de uma região geográfica ou de um setor da economia especificamente. Sendo assim, podemos afirmar que o pano de fundo de toda política de incentivos é o desenvolvimento econômico e social. Geralmente compete aos governos centrais promover as políticas de desenvolvimento. No caso do Brasil, existem políticas desenvolvimentistas desde o governo Dutra. Mas foi com a redemocratização do país que os governos subnacionais, ou seja, os estados federados, iniciaram por conta própria a implementação de políticas de incentivos fiscais visando principalmente à atração de novas matrizes produtivas (Rezende, 2006).

Isso ocorreu, principalmente, porque junto com a redemocratização do país, pudemos observar um processo de descentralização do poder, inclusive do poder de tributar, sendo atribuído aos estados a competência de arrecadar o que viria a ser o principal imposto sobre consumo do país, o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços). Ao mesmo tempo, o país passava por uma grave crise econômica, o que inviabilizava a execução de uma política desenvolvimentista ambiciosa por parte do governo federal. A combinação da descentralização política e tributária, somados à falta de recursos federais para fomentar o desenvolvimento do país, resultaram nas políticas de incentivos fiscais estaduais, tendo como principal ferramenta o ICMS (Rezende, 2006).

Essa estratégia de fomento ao desenvolvimento levou os estados da federação a uma acirrada competição por investimentos privados. Cada estado buscava meios de incentivar cada vez mais, com o intuito de atrair para si os empreendimentos econômicos e com isso melhorar os indicadores econômicos e sociais. Essa competição ficou conhecida popularmente como “Guerra Fiscal” e já foi objeto de estudo diversas vezes, porém, quase sempre o enfoque dado é o econômico (Rezende, 2006).

Continuando a responder as perguntas feitas anteriormente, passamos a esclarecer resumidamente e simplificadamente o funcionamento desses incentivos e seus reflexos em nossas vidas e na sociedade. Existem três tipos de benefícios fiscais sobre o ICMS. São eles: a isenção, a redução da base de cálculo e o crédito outorgado. O primeiro deles é bem simples. A empresa que usufruir desse benefício deixa de recolher a totalidade do imposto devido, ou em outras palavras, não paga nada de ICMS ao Estado. Os dois seguintes funcionam como uma dedução parcial do valor a pagar pelo empresário, sendo que a redução da base de cálculo é uma dedução sobre o valor base no qual o imposto incide e o crédito outorgado é uma dedução sobre o valor final do imposto a pagar. O fato é que em todos os casos, os governos estaduais abrem mão de receita, isto é, em linguagem coloquial, dão um desconto no pagamento do imposto (Código Tributário Estadual – CTE, 1991).

Isso pode se refletir em nossas vidas de várias formas. Podemos ter efeitos benéficos tais como: o aumento das riquezas regionais, o aumento na oferta de emprego, o aumento da renda per capita, a redução dos preços dos produtos beneficiados, dentre outros. Contudo, existem também efeitos danosos, já que ao abrir mão de receita o governante conseqüentemente terá menos recursos para aplicar diretamente em educação, saúde, segurança e outros setores fundamentais para a sociedade.

Para se ter uma ideia do tamanho dessas políticas desenvolvimentistas vamos observar mais de perto alguns dados da política de incentivos fiscais promovida pelo Estado de Goiás. Aqui existem dois grandes programas de fomento. O primeiro deles, o FOMENTAR criado em 1984, através da Lei Estadual nº 9.489 concedia um desconto de em média 70% do imposto a pagar. Em janeiro de 2000, através da Lei Estadual nº 13.591, nasce o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – PRODUZIR, muito parecido com o primeiro, mas desta vez com um desconto ainda maior, de 73%. Existem, ainda, diversas outras Leis Estaduais que estabelecem algum tipo de incentivo. Na verdade temos no Estado um anexo inteiro do Regulamento do Código Tributário Estadual, com mais de 600 páginas, onde estão descritos todos os benefícios fiscais concedidos pelo Estado.

Em termos monetários os números são ainda maiores. De 2003 a 2011, foram mais de 200 bilhões de reais em incentivos, ou seja, em média 22,3 bilhões por ano. Se compararmos ao orçamento do Estado para 2012, que é de 17,8 bilhões, podemos visualizar melhor a grandeza desses incentivos. Em suma, o Estado de Goiás concede em benefícios fiscais por ano mais do que tem disponível para se manter e investir.

TABELA 1 - VOLUME FINANCEIRO DECLARADO DOS INCENTIVOS FISCAIS

Ano	Isonções	Reduão de Base	Crédito Outorgado	Total no Ano
2003	11.254.186.800	571.950.151	676.794.759	12.502.931.711
2004	13.492.039.047	718.530.079	775.576.219	14.986.145.346
2005	14.423.970.277	937.108.958	772.529.722	16.133.608.958
2006	15.392.221.656	1.343.583.359	793.333.985	17.529.139.001
2007	17.719.016.859	1.972.472.328	937.561.232	20.629.050.418
2008	21.620.175.570	2.960.145.771	1.040.780.759	25.621.102.100
2009	23.178.581.522	2.762.808.324	1.093.452.332	27.034.842.177
2010	26.220.409.620	3.310.983.420	1.176.393.359	30.707.786.399
2011	29.136.774.438	4.894.751.695	1.285.772.464	35.317.298.597
Total Geral	172.437.375.789	19.472.334.085	8.552.194.831	200.461.904.707

Fonte: Declaração Periódica de Informações Fiscais (DPI), Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás.

1.2. O Conceito da Racionalidade

Mas como um cidadão qualquer decide participar de um processo eleitoral, por que escolhe um representante em detrimento de outro? Será que existe uma racionalidade por trás dessas escolhas? Essas são apenas algumas das questões que inquietam os estudiosos do comportamento eleitoral.

Existem alguns caminhos teóricos para alcançar essas respostas, tais como as teorias psicológica, a sociológica e da racionalidade restrita ou econômica (Figueiredo, 2008). A Teoria Econômica considera o cidadão ou eleitor um agente racional auto-interessado que toma suas decisões eleitorais visando alcançar benefícios que podem ser econômicos, sociais e até mesmo psicológicos (Downs, 1985). Por outro lado, existe a corrente que defende a irracionalidade no comportamento eleitoral, posto que os benefícios auferidos com a ação do voto são para a grande maioria dos eleitores menores que os custos de ir votar, argumento contestado por Riker e Ordeshook (1968). Cabe ressaltar que o custo da ação de votar inclui desde o deslocamento ao local de votação até o tempo despendido na escolha do candidato.

Ou seja, no caso brasileiro o tempo que você fica em frente à televisão assistindo um programa eleitoral ou um debate entre os candidatos é considerado um custo individual do processo eleitoral.

No fundo, quanto pretendemos identificar um padrão de comportamento humano e buscamos estabelecer metodologias científicas para prever repetições do mesmo comportamento em condições similares, estamos assumindo que existe uma racionalidade em comum entre todos nós. Então, sem desconhecer a existência das demais vertentes teóricas esse trabalho irá adotar a linha do voto racional que visa a obtenção de benefícios, onde o eleitor é um indivíduo capaz de definir racionalmente e com base nas informações disponíveis a melhor opção, a qual tenderia a levá-lo aos benefícios objetivados. Sendo assim, a premissa básica é que todo cidadão ou eleitor age racionalmente na busca de seus interesses ou objetivos, minimizando os custos e maximizando os benefícios (Downs, 1985).

Nesse contexto, Downs importa para sua Teoria Econômica de Democracia o conceito de racionalidade utilizado pela economia. Contudo, ao migrar esse conceito econômico para uma análise da democracia, principalmente do ponto de vista do processo eleitoral, são necessárias algumas adaptações.

Segundo a teoria clássica de racionalidade, quando temos o conhecimento dos objetivos de um indivíduo poderemos prever suas ações através de duas regras centrais: (1) o indivíduo buscará o caminho mais lógico para atingir seus objetivos e (2) o indivíduo fará isso basicamente porque ele é racional.

Para Downs é preciso diferenciar “fins” (objetivo geral) de “meios” (objetivos específicos). Isso porque, segundo o autor, os objetivos gerais são complexos e compostos por vários objetivos específicos o que impossibilita a análise do ponto de vista da teoria racional, já que para alcançar um objetivo específico outros objetivos específicos podem atrapalhar. Isto é, quando tentamos enxergar a racionalidade nas ações para alcançar o objetivo geral, podemos nos deparar com ações irracionais posto que os objetivos específicos podem ser concorrentes e variáveis. Nesse sentido, o pesquisador deve isolar um objetivo específico para analisar.

Sendo assim, temos que o homem racional possui um comportamento previsível, seguindo os seguintes passos: ele compara suas alternativas para tomar suas decisões, ele hierarquiza suas opções, suas preferências podem variar, ele sempre escolhe as alternativas que estão mais bem posicionadas na sua hierarquia de preferências, e ele sempre toma a mesma decisão quando as alternativas e as preferências são as mesmas.

Além disso, se compreendermos que as decisões governamentais são tomadas por indivíduos, podemos aplicar a elas a mesma lógica da teoria racional, com o objetivo de buscar padrões e a possibilidade de previsibilidade. Sendo assim, o Governo, como bem definiu Downs, é um agente social particular e único que possui sua função específica na divisão social do trabalho, e que também age racionalmente e com base em interesses próprios. Para melhor entender esse conceito, voltemos a ideia central de que os Governos são um conjunto de indivíduos que se unem com o objetivo específico comum de usufruir do prestígio, poder e das vantagens econômicas que advém da assunção do Governo. Para Downs, toda a ação racional é sempre auto interessada. Desta feita, quando olhamos para esse grupo de indivíduos com um único objetivo específico em comum e a partir daí buscamos enxergar o Governo como um agente social temos que o objetivo específico de todo Governo é proporcionar a manutenção dos privilégios, do poder e das vantagens econômicas que interessam aos seus membros.

Portanto, segundo Downs temos que todas as políticas públicas implementadas pelos Governos visam obter resultados eleitorais, sem os quais seu objetivo central não será alcançado. Isto quer dizer que os Governos não são eleitos para realizar políticas públicas, mas realizam as políticas para se eleger.

1.3. A Lógica Básica do Eleitor

Bem se a lógica dos governos é buscar resultados eleitorais, os eleitores passam a ser ponto central da discussão, pois cada cidadão com direito a voto passa a ser um indivíduo que deverá tomar sua decisão de voto. Com base na teoria racional esses eleitores irão tomar essa decisão de acordo com seus objetivos específicos que podem variar de eleitor para eleitor, mas no centro dessa racionalidade temos que todos irão buscar a maximização de benefícios pessoais através dessa decisão. Em outras palavras, cada um e todos os eleitores irão calcular a quantidade de benefícios que poderiam ter com a escolha de um ou outro partido no poder.

Para Downs (1985, p. 36-45), esse cálculo do voto se resume em:

$$E(U_{t+1}^A) - E(U_{t+1}^B)$$

Onde:

E é o valor esperado pelo eleitor;

U é a quantidade de benefícios reais ou hipotéticos esperados pelo eleitor;

A é o partido no poder;

B é o partido de oposição;

t é o período atual ou ciclo governamental atual; e

t+1 é o período futuro ou o próximo ciclo governamental.

A partir dessa diferença, podemos inferir que caso o eleitor esteja satisfeito ou vislumbre a melhora no fluxo de benefícios que ele está recebendo com a manutenção partido A no poder, ele racionalmente irá depositar um voto de continuidade para o partido A. Caso contrário, o voto será na direção da mudança, ou da oposição.

Contudo, prever as ações humanas não é tão simples assim como pode parecer quando apresentamos brevemente a teoria da racionalidade. Segundo Downs, a ausência de conhecimento seguro sobre o passado, presente, futuro ou acontecimentos hipotéticos geram incertezas. E essas incertezas tornam as decisões racionais inseguras ou até mesmo incertas, posto que as decisões racionais são tomadas através da comparação entre avaliações muitas vezes hipotéticas com base em informações incompletas. Segundo o autor, quando mais informação o indivíduo tem acesso, menor é o grau de incerteza.

Mas, existe um custo para alcançar as informações necessárias para a tomada de decisão. E esse custo pode ser muitas vezes um grande obstáculo para os indivíduos que acabam, quase sempre, tendo que tomar suas decisões com base em informações incompletas. Por esse motivo, a capacidade de previsibilidade das ações do eleitor comum se tornam difíceis e imprecisas. Pois o custo da informação também se torna um ponto limitador das pesquisas científicas sobre comportamento político.

O processo racional de decisão do voto, para Downs, segue uma lógica bem clara. O primeiro passo é o levantamento de informações relevantes para cada ponto de interesse próprio do eleitor, em seguida o eleitor deve selecionar quais informações levantadas serão realmente consideradas. De posse das informações, o eleitor irá analisá-las buscando prever como seriam as políticas públicas e suas consequências para cada uma de suas opções de

voto. Agora é possível comparar seus benefícios ou prejuízos de acordo com seus objetivos específicos, hierarquizando-os para que uma decisão seja tomada. Por fim, a tomada de decisão e o depósito do voto.

Nesse procedimento descrito por Downs os três primeiros passos podem ser considerados momentos chaves e críticos que elevam bastante o custo da informação e o grau de incertezas. Por exemplo, como obter toda a informação relevante para tomar uma decisão eleitoral? Onde buscar essa informação? As campanhas políticas visam dirimir essa problema buscando ofertar ao eleitor todas as informações relevantes. Além disso, hoje a *internet* possibilita o acesso a uma quantidade enorme de informações sobre os partidos políticos, candidatos e propostas, que eram inimagináveis na época em que Downs escreve. Será que teríamos resolvido o problema do custo das informações? Provavelmente não, porque apesar da abundância de informações hoje a disposição de todos, o que de fato diminui o custo de coletar informações, o problema continua, pois os custos de seleção da informação e validação da mesma aumentaram. Ou em outras palavras, o que é verdade ou mentira na *internet*, o que interessa saber e qual informação é inútil, e até mesmo quanta informação eu estou disposto a utilizar, passaram a ser questões importantes para o indivíduo.

Além disso, o passo número três, a análise da informação selecionada para emitir um juízo de valor sobre as possíveis políticas públicas futuras e como as mesmas afetariam nossos objetivos específicos é uma tarefa que beira o “achismo”, ou até mesmo um exercício de futurologia inútil. Por outro lado, o acerto ou não das previsões realizadas por cada indivíduo, não é condição fundamental para identificarmos seu comportamento. O cientista social deve buscar identificar seus mecanismos de avaliação e a partir desse ponto construir um modelo que possa descrever esse processo todo de avaliação da informação.

Pode parecer um processo simples, mas para muitos o custo do processo é muitas vezes maior que os benefícios que ele traria. O que desencorajaria um eleitor racional a participar do processo eleitoral. Por isso, é necessário diminuir os custos e para isso o eleitor pode delegar praticamente todos os passos do processo com exceção do ato de votar.

Nesse contexto, surge a figura dos líderes, que segundo Downs são homens que possuem influência sobre outros eleitores, sem os controlarem completamente. Mas de certa forma recebem a delegação de parte do processo de votação de cada um dos eleitores dos quais pode influenciar, podendo assim direcionar seus votos para o seu próprio interesse que pode ou não ser os mesmos dos eleitores influenciados.

Quanto maior a presença de incertezas ou quanto maior os custos de votação, maior é a probabilidade de surgimento das lideranças. Em seu modelo, Downs, define três tipos de lideranças: partidos políticos, grupos de interesse e “favor-buyers” (clientelistas). Os líderes clientelistas são representantes dos próprios interesses e barganham com a quantidade de votos que conseguem influenciar.

Essa questão passa, então, a ter um peso muito importante nos estudos de comportamento eleitoral. Pois, em certo modo, um estudo focalizado nessas lideranças pode demonstrar o comportamento eleitoral de um grupo todo, facilitando, talvez, o trabalho de pesquisa. Contudo, é preciso avançar sobre como exatamente funcionariam essas relações entre os líderes e os liderados.

Mas, também, não se pode ignorar a presença dos líderes. Para a pesquisa em andamento iremos abordar a questão de duas formas. Em primeiro lugar, reconhecendo que os empreendedores capitalistas que irão usufruir dos benefícios fiscais em estudo irão funcionar exatamente como líderes em defesa dessas políticas, conseqüentemente, apoiando o grupo político no poder. Não podemos esquecer de reconhecer o poder de liderança dessas pessoas, haja vista, a grande capacidade econômica de redistribuir benefícios, tais como empregos dentre outros. Além disso, esses grupos podem também influir nas decisões do governo reivindicando cada vez mais benefícios fiscais para as suas regiões, o que iria cada vez mais ampliar seu poder de persuasão com o eleitorado local.

O segundo ponto, é um questionamento que surgiu ao longo da pesquisa: seria possível, através da política de incentivos fiscais, fomentar o surgimento de uma nova elite econômica no município beneficiado; e através dessa nova elite obter vantagens eleitorais? Essa lógica faz muito sentido no cenário onde a atual elite econômica do município é oposição ao governo estadual, o qual é o promotor das políticas de benefícios. Nesse sentido, seria racional para o governo estadual fomentar o aparecimento de uma nova elite econômica. E nesse sentido, atrair uma grande indústria nova para o município poderia alterar o equilíbrio de poder político na região, favorecendo o grupo político no poder estadual.

A resposta à essa questão não é trivial, e apesar de não ser o foco da pesquisa, buscaremos identificar possíveis mudanças nas participações relativas setoriais do Produto Interno Bruto dos municípios. Evidenciando quando, por exemplo, em um município qualquer o peso do setor industrial superar o agrário após a aplicação de incentivos fiscais, e isso for acompanhado de uma mudança no gabinete da prefeitura. Essa sequência de

eventos pode indicar uma mudança na elite local, e por conseguinte demonstrar uma ação do governo estadual planejada com o objetivo de colocar um aliado na prefeitura. Iremos aprofundar essa discussão mais à frente quando tratarmos da metodologia da pesquisa.

1.4. Indicadores Econômicos e o Voto

Entender o impacto eleitoral das políticas de incentivos, implica, obrigatoriamente, em entender como o eleitor ou mesmo o cidadão enxerga, percebe e sente essas políticas em suas vidas cotidianas. Ou em outras palavras, como indicadores macroeconômicos são percebidos pela grande maioria da população? A macroeconomia tem sido pauta de grandes debates políticos nas democracias e em linhas gerais tem sido discutido em praticamente todos os processos eleitorais no Brasil e no mundo. Para Douglas A. Hibbs Jr. (1987), a percepção do eleitor comum e sua resposta em relação aos indicadores de inflação e de desemprego podem ser descritos e previstos.

Para Hibbs, a população é sensível às variações macroeconômicas, mas uma maior preocupação com inflação ou desemprego dependem dos níveis dos indicadores, isto é, se estamos vivendo períodos de alta inflação esse passa a ser o principal ponto de atenção, o mesmo acontece quando temos altos índices de desemprego.

Em seu livro, *The American Political Economy* (1987), Hibbs apresenta um estudo bem detalhado sobre o comportamento eleitoral em relação aos indicadores econômicos de inflação e emprego, o qual podemos utilizar como referência para buscar compreender como as políticas objeto dessa pesquisa são percebidas e interpretadas pelos eleitores locais. Para tanto, devemos compreender as políticas de incentivos fiscais como ferramentas governamentais que alteram a situação econômica de uma região, posto que ao atrair investimentos e empresas novas, aumenta a movimentação econômica da região.

Para melhor compreendermos o impacto dos indicadores macroeconômicos nas eleições devemos inicialmente observar dois pontos apresentados por Hibbs que são fundamentais para a compreensão do trabalho. Em primeiro lugar, é preciso perceber a existência de clivagens sociais na percepção desses indicadores macroeconômicos. Ou seja, é importante entender que indivíduos com situações econômicas diferentes enxergam e sentem essas variações econômicas de forma diferente. Por exemplo, uma família de baixa renda na qual o filho mais velho perde o emprego sente os efeitos dessa perda muito mais do que uma família de renda mais elevada. Essas diferenças são importantes para a análise

do comportamento eleitoral, pois em famílias de baixa renda a oportunidade de um emprego novo ou uma melhora nas condições do emprego atual relacionadas a chegada de uma nova indústria atraída por um benefício fiscal pode garantir os votos daquela família para o grupo político no poder, ou pelo reconhecimento da política, ou pelo medo de ela ser alterada.

O segundo ponto, diz respeito à necessidade de picos nos indicadores para que os mesmos sejam percebidos. Para Hibbs, somente quando os indicadores estão demonstrando picos negativos é que eles entram na pauta de atenção dos eleitores. Isto é, se o ambiente econômico está ruim, com alta inflação ou desemprego, é que a percepção sobre eles é sentida. Por outro lado, níveis baixos de inflação e desemprego levam a população a ignorar essas discussões macroeconômicas. Isso não significa que os eleitores são indiferentes, mas que tão somente reagem quando esses indicadores representam algum tipo de ameaça para suas vidas cotidianas. Esse ponto tem extrema importância quando falamos em comportamento eleitoral, pois são nesses momentos de ambiente econômico desconfortável que podemos observar uma maior tendência de mudança de grupos no poder.

Por fim, entendendo a existência de uma demanda política eleitoral por resultados econômicos, conforme demonstra Hibbs, é preciso debater como esses resultados são entregues para a população. Nesse ponto, Hibbs argumenta que os Governos implementam políticas públicas que objetivam entregar resultados macroeconômicos à população, como por exemplo políticas fiscais de incremento ou redução do gasto público ou políticas de transferência direta de renda para desempregados ou indivíduos de baixa renda.

Para o autor, essas políticas são sempre influenciadas pelas ideologias partidárias no poder, ou seja, dependendo do partido no governo essas políticas diferem sendo as vezes mais expansivas ou restritivas. No caso específico das políticas fiscais em estudo, temos uma política expansivista bastante audaciosa, que como podemos extrair dos estudos de Hibbs, busca entregar a população goiana resultados macroeconômicos demandados por qualquer sociedade capitalista da atualidade.

1.5. O Cálculo do Voto

A partir da definição de ação racional apresentada por Downs, temos a construção da Teoria do Cálculo do Voto (Riker e Ordeshook, 1968), onde os benefícios advindos da ação racional de votar é igual ao produto entre a diferença de benefícios individuais que podem ser alcançados com a vitória ou derrota do candidato preferido e a probabilidade de que seu

voto possa proporcionar a obtenção de seus objetivos, subtraídos pelo custo individual da ação de votar. Parece bastante complicado, mas a demonstração matemática da Teoria facilita seu entendimento. Vejamos:

$$R = (B * P) - C$$

Onde:

R é a quantidade em utilidade dos benefícios advindos da ação racional de votar;

B é a diferença entre a quantidade de benefícios individuais que podem ser alcançados com a vitória do candidato preferido e com derrota do mesmo;

P é probabilidade¹ de que seu voto possa proporcionar a obtenção de seus objetivos e consequentemente os benefícios (*B*); e

C são os custos individuais da ação de votar.

Sendo assim, se *R* é maior que zero seria racional que o eleitor votasse, se for menor ou igual a zero, poderia se afirmar que o eleitor não teria razões para realizar a ação de votar. Esse cálculo do voto pode ser feito com base nos benefícios já recebidos ou naqueles que o eleitor espera receber, ou seja, temos sempre uma avaliação auto interessada, onde quanto maior *B* ou *P*, maior a motivação do eleitor em participar e ajudar o seu candidato preferido.

A probabilidade de um voto ser decisivo em um processo eleitoral, ou seja, o valor de *P* ser bastante alto é hoje nos atuais sistemas eleitorais improvável. Em termos práticos, um voto tem o poder de $1/n$, onde *n* seria o número de eleitores participantes. Logo, o valor de *B* seria o ponto decisivo na decisão do voto.

Ao aplicar a Teoria do Cálculo do Voto ao objeto desse estudo, temos que a repercussão de uma política de incentivos fiscais focalizada e intencionalmente aplicada em um determinado município ou estado implicaria na valorização de *B*. Isso porque, o cidadão atingido pelos benefícios econômicos derivados da política de incentivos, tais como a obtenção de um emprego novo ou aumento do salário, tenderia a votar pela manutenção da política, depositando seu voto a favor do candidato governista. Considerando, ainda, que o custo da ação de votar (*C*) continua o mesmo, independente da política de incentivos fiscais, temos então uma possível política de incentivo eleitoral que além de promover melhoras

¹ Por se tratar de uma probabilidade, os valores de *P* irão variar de 0 a 1 obrigatoriamente ($0 \leq P \leq 1$).

econômicas hipoteticamente tende a elevar a probabilidade de eleição dos candidatos ligados ao grupo político promotor de tais políticas fiscais.

Além disso, não podemos deixar de abordar a discussão sobre voto retrospectivo ou prospectivo. Ou seja, o que mais pesa na decisão do voto, as condições existentes no passado ou a projeção das condições futuras? O modelo proposto nesse estudo adota a perspectiva defendida por Erickson, MacKuen e Stimson (2000), na qual os eleitores agiriam como banqueiros e não como camponeses. A grande diferença entre os dois é o centro do debate entre o voto retrospectivo ou prospectivo, isto é, para os camponeses a situação atual e o passado recente são fundamentais na decisão do voto, já para os banqueiros a projeção do futuro é o mais importante. Contudo, é preciso esclarecer que mesmo para os banqueiros os dados do passado são relevantes, pois é através deles e outras informações pertinentes que cada um de nós é capaz de projetar o futuro. E é com base nessa projeção que a decisão do voto ocorreria.

No caso específico dessa pesquisa, um exemplo simplista de como esse voto prospectivo funcionaria seria: uma família de quatro pessoas, um casal com dois filhos em idade produtiva. Na qual o pai e mãe são comerciantes, donos de um pequeno mercadinho. Os dois filhos ainda não trabalham, mas ajudam no comércio da família. Ou seja, uma família de classe média-baixa. Com o início do projeto de implantação de uma grande indústria incentivada pelo governo na região, na qual vários empregos diretos e indiretos serão criados, e a movimentação econômica da região irá crescer bastante, surge a possibilidade de emprego para os dois filhos e até mesmo da expansão do pequeno comércio, com o objetivo de atender a demanda da região que tente a aumentar. Nesse contexto as expectativas da família crescem positivamente, levando os membros dessa família hipotética a votar a favor do governo que está incentivando a instalação da indústria. Veja que o passado para essa família não tem tanto interesse, o que está gerando uma expectativa positiva é a concretização de um empreendimento industrial em fase de implantação, isto é, nesse exemplo a projeção de futuro é que alimenta a decisão do voto. E é nessa linha de pensamento que o modelo aqui proposto está assentado.

Contudo, a análise não é tão simples assim. Muitas questões podem ser levantadas, uns poderão argumentar que a Teoria do Cálculo do Voto é muito restrita, não explica, por exemplo, o voto apaixonado de alguns militantes partidários. Não se pode negar a existência de outras vertentes explicativas sobre o fenômeno comportamento eleitoral (Figueiredo, 2008), e mais, não se deve ignorá-las. Mas a Teoria que aqui está sendo utilizada pode

abarcando essas outras vertentes. Basta que ampliemos o entendimento sobre o conceito de benefícios individuais.

Se entendermos benefícios individuais não apenas restrito ao campo econômico, ou se ampliarmos o conceito para abraçar benefícios sociais e psicológicos, tais como a obtenção de um reconhecimento ou destaque social, e até mesmo a satisfação pessoal de uma ação altruísta, poderemos afirmar que a Teoria do Cálculo do Voto continua sendo válida, mesmo fora do mundo economicista. Nesse sentido, o trabalho de Edlin, Gelman e Kaplan, “*Voting as a Rational Choice: Why and How People Vote To Improve the Well-Being of Others*” (2007) complementa a Teoria do Cálculo do Voto acrescentando à equação a dimensão social do benefício. Ou seja, o valor de B passa a ser em função de um B_{self} (benefício individual) e um B_{soc} (benefício social ou coletivo). Vejamos:

$$B = B_{self} + (\alpha * N * B_{soc})$$

Onde:

B_{self} é o valor do benefício individual que pode ser alcançado;

B_{soc} é o valor do benefício social ou coletivo que pode ser alcançado;

N é a quantidade de cidadãos que serão atingidos pelo resultado eleitoral; e

α é a variável que indica o peso do auto-interesse na decisão do voto².

Se por um lado aumentamos o poder explicativo da teoria, por outro lado, fica muito mais complexo e difícil a identificação dos benefícios que são o fruto de desejo de cada indivíduo, haja vista a multiplicidade quase que infinita de possibilidades que podem ser objeto de cobiça de um cidadão comum. Nesse contexto, pode-se questionar a possibilidade de identificação dos desejos ou objetivos de um eleitor, mas a lógica da racionalidade no comportamento eleitoral continua válida e serve como um excelente instrumento de análise do comportamento eleitoral.

No caso desse estudo, a Teoria em questão é ainda mais eficaz, já que o objetivo proposto é avaliar a influência de uma política pública específica no processo eleitoral. Por ser essa uma política fiscal, com objetivos claramente econômicos, a Teoria do Cálculo do

² Para eleitores egoístas, α é igual a zero, anulando assim o fator social da equação. Quanto maior for α menos egoísta é o eleitor.

Voto se adequa perfeitamente aos objetivos desse trabalho. Além disso, com a inclusão da perspectiva social do benefício (B_{soc}) teremos ainda mais aderência da teoria ao objeto de estudo, posto que, uma política de incentivos fiscais, a princípio, quando não acarreta em benefícios individuais, tais como um novo posto de trabalho ou um aumento na renda da família, implicaria em uma melhora na economia local com a possibilidade de percepção social de seus efeitos.

Cabe ressaltar, no entanto, que o modelo de análise que aqui está sendo construído não possui a pretensão de resolver todos os problemas sobre comportamento eleitoral no mundo real. A proposta é identificar uma racionalidade eleitoral nas políticas de concessão de benefícios fiscais, com vistas a testar a existência de causalidade entre a aplicação de uma política fiscal focalizada de incentivos e resultados eleitorais positivos a favor do grupo político patrocinador dessas políticas.

Outro ponto que pode ser questionado é: qual a qualidade da informação disponível sobre os benefícios fiscais ao eleitor, ou em outras palavras, será que o cidadão comum consegue avaliar a implantação de uma política pública muitas vezes complexa e de difícil entendimento? Assumimos que no mundo real o acesso à informação não é perfeito e que às vezes o custo de obtenção da informação, torna a mesma inacessível. E aqui, mais uma vez, devemos ressaltar que o conceito de custo de obtenção da informação é bem mais do que o preço do jornal, pois envolve inclusive a capacidade que o cidadão teria de interpretar corretamente a execução da política fiscal. Temos, então, a figura das lideranças locais que possuem a capacidade de persuadir e convencer os eleitores com informação incompleta ou incerta (Downs, 1957). Essas lideranças, não objetivam sanar a falta de informação existente. Na verdade, buscam utilizar-se dessa falta de informação do eleitor para atingirem seus próprios objetivos individuais.

Ou seja, a imperfeição no acesso à informação, acrescido da construção conceitual de lideranças com capacidade de persuadir os demais eleitores e mais a constatação de que uma política fiscal focalizada tende a beneficiar grandes grupos econômicos que podem ser locais ou não, só reforça a hipótese a ser testada nesse trabalho, a tendência de melhora nos resultados eleitorais causada pela implantação de políticas de incentivos fiscais.

Por fim, existem questionamentos sobre a real capacidade dessa política fiscal de gerar benefícios econômicos individuais ou coletivos para os eleitores, sendo que esse é um assunto bastante polêmico no mundo da economia. Até que ponto pode-se afirmar que uma política fiscal realmente causou melhora nos indicadores de uma região? Será que não foram

outros aspectos econômicos, como por exemplo, uma melhora na conjuntura econômica internacional? Ou como é possível garantir que a política de benefícios foi fundamental para a decisão privada de implantação de uma planta fabril em um determinado município? Esses questionamentos são fundamentais para uma análise econômica da política de incentivos fiscais, mas esse não é o objetivo desse trabalho.

2. UM ESTUDO SOBRE O CASO DO ESTADO DE GOIÁS

2.1. Modelo

Esse estudo compreenderá uma massa de dados bastante extensa, que abrangerá o período de 2003 a 2011. O corte temporal foi estabelecido com base nas informações disponíveis e confiáveis, posto que a Declaração Periódica de Informações – DPI, documento fiscal eletrônico exigido obrigatoriamente a partir de 2003 pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Goiás, será nossa principal fonte de informações sobre o volume dos incentivos concedidos. Data final foi fixada em razão da substituição da DPI pela Nota Fiscal Eletrônica – NTFe a partir de 2012.

Além dos dados sobre os benefícios fiscais, também iremos utilizar os resultados dos processos eleitorais compreendidos no corte temporal proposto, incluindo as eleições estaduais e municipais. Desta forma, o método mais adequado ao desenho de pesquisa é o quantitativo, já que iremos trabalhar um corte espacial amplo, o Estado de Goiás com todos os seus duzentos e quarenta e seis municípios; um período cronológico razoável, nove anos; e envolvendo duas eleições municipais e duas estaduais. No caso dos dados eleitorais iremos nos restringir às disputas majoritárias.

Não iremos discutir a efetividade ou eficiência econômica das políticas de benefícios fiscais. Queremos tão somente avaliar seus efeitos no processo eleitoral e para tanto, podemos restringir nossa análise à percepção do eleitorado sobre efetividade ou eficiência econômica dessas políticas, seja através das propagandas governamentais, da persuasão das lideranças locais, ou mesmo do recebimento direto de benefícios pelo eleitor, como é o caso de um indivíduo que é contratado por um desses empreendimentos privados. É claro, que nos casos em que a política fiscal teve resultados econômicos positivos e conseguiu atingir seus objetivos, é de se esperar que a população tenha percebido esses efeitos no seu dia a dia. Nesse contexto, indicadores como: taxa de emprego e o Produto Interno Bruto Municipal (PIB-m) *per capita* tornam-se bons referenciais da percepção social da efetivação da política de incentivos em questão, pois registram a abertura de novos postos de trabalho e o aumento das riquezas na região, dois fenômenos econômicos que claramente servem de exemplos para justificar uma elevação no valor de *B*.

A partir dessas considerações e adotando os indicadores de emprego e PIB-m *per capita* como os mais representativos da percepção do eleitor sobre os efeitos da política de incentivos fiscais, temos o seguinte modelo de análise:

$$B_i = (c_{ben}ben + c_{trab}trab + c_{pib}pib) + \gamma$$

Onde:

B_i é a utilidade marginal da ação individual³ de votar ($-1 \geq B_i \geq 1$);

ben é o volume de recursos financeiros frutos de incentivos fiscais aplicados em determinada região;

$trab$ é a quantidade de postos de trabalho criados em uma determinada região;

pib é o PIB-m *per capita* em uma determinada região; e

c seria o peso que cada variável explicativa teria na equação (coeficiente);

γ são outros fatores que podem influenciar na decisão, como por exemplo filiação partidária ou um programa de transferência direta de renda.

Desta feita, iremos testar a hipótese de que quanto maior as variáveis independentes ben , $trab$ e pib , maior teremos um valor de B_i . Quanto maior for o valor de B_i , maior será a probabilidade do eleitor depositar o seu voto a favor da continuidade da política fiscal, favorecendo os candidatos do governo.

Isto é, a probabilidade de eleição de um candidato governista varia em função das variações do volume de incentivos, quantidade de postos de trabalho e riqueza *per capita*. É importante observar que mesmo quando houverem mais de um candidato nossas atenções estarão voltadas apenas para dualidade governo e oposição, independente da quantidade de candidatos.

A Teoria do Cálculo do Voto tem como ponto central o indivíduo, e como pudemos ver as equações apresentadas visam retratar o cálculo individualizado do voto. Nesses termos, temos que o resultado de uma eleição em uma determinada jurisdição seria representada pelo somatório de todos os cálculos individuais de cada eleitor, onde o

³ Entenda-se “ação individual de votar” nos termos do cálculo do voto já apresentado, isto é, como função de B_{self} e B_{soc} .

candidato que representasse a maior quantidade em utilidade de benefícios nesse somatório seria o vencedor, vejamos:

$$R_A = \sum_{i=0}^n (B_i * P_i) - C_i$$

Onde:

R_A é a quantidade em utilidade dos benefícios advindos da ação racional de votar no candidato A;

B_i é a quantidade de benefícios que podem ser alcançados com a vitória do candidato A;

P_i é probabilidade de que seu voto possa proporcionar a eleição de A; e

C_i são os custos individuais da ação de votar.

Dessa forma, podemos fazer a transição da visão individualista da teoria, para aplicá-la aos dados agregados que serão utilizados nesse estudo. Ou em outras palavras, já que o resultado eleitoral é fruto das somas dos cálculos individuais e posto que o objetivo desse trabalho é identificar a influência ou não de determinada política pública nesses resultados, temos que para todos os eleitores, sobre o qual a política de benefícios fiscais teve influência eleitoral (valor de B_i elevado), a ação racional seria votar no candidato que representasse o governo no poder.

Além disso, como o trabalho engloba a análise de todos os municípios do Estado de Goiás, poderemos classificar os municípios em dois grandes grupos: um grupo com os municípios que receberam benefícios fiscais e um segundo grupo dos que não receberam. Vejamos o quadro a seguir:

TABELA 2 - QUADRO DE HIPÓTESE

Grupo de Municípios	ben	trab	Pib	B_i	Hipóteses
Com benefícios fiscais	+	+	+	+	Alta probabilidade de voto governista
Com benefícios fiscais	+	+	-	+	Boa probabilidade de voto governista
Com benefícios fiscais	+	-	+	+	Boa probabilidade de voto governista
Com benefícios fiscais	+	-	-	+	Boa probabilidade de voto governista
Com benefícios fiscais	+	+	-	-	Baixa probabilidade de voto governista
Com benefícios fiscais	+	-	+	-	Baixa probabilidade de voto governista
Com benefícios fiscais	+	-	-	-	Baixa probabilidade de voto governista
Sem benefícios fiscais	-	+	+	+	Alta probabilidade de voto governista
Sem benefícios fiscais	-	+	-	+	Boa probabilidade de voto governista
Sem benefícios fiscais	-	-	+	+	Boa probabilidade de voto governista
Sem benefícios fiscais	-	+	-	-	Baixa probabilidade de voto governista
Sem benefícios fiscais	-	-	+	-	Baixa probabilidade de voto governista
Sem benefícios fiscais	-	-	-	-	Baixa probabilidade de voto governista

Fonte: Elaborado pelo autor.

Outra observação importante será em relação aos resultados dessas políticas ao longo do tempo, ou seja, como iremos estudar quatro ciclos eleitorais que abrangem 8 anos, poderemos observar o que aconteceu nos casos onde o benefício foi aplicado no primeiro ciclo eleitoral mas o mesmo não aconteceu nos subsequentes. Isto é, o desenho de pesquisa, ora proposto, nos permitirá comparações em dois eixos: 1 – eixo horizontal, no qual poderemos comparar os resultados entre os municípios em um mesmo processo eleitoral, e 2 – eixo temporal, onde poderemos comparar os resultados no mesmo municípios ao longo do tempo.

Por fim, devemos discutir a possibilidade de influência de outras variáveis, além das utilizadas no modelo, na decisão do voto. Como por exemplo a ação das políticas de distribuição de renda (Bolsa Família no âmbito federal e Renda Cidadã no âmbito estadual) no processo eleitoral. Exatamente, por esse motivo que introduzimos a variável γ no modelo de análise aqui proposto. Em outras palavras, o γ é a variável de controle no modelo a ser testado. Nesse sentido, iremos utilizar algumas variáveis de controle tais como os recursos investidos nas políticas de distribuição de renda, e as variações nos indicadores de emprego e PIB-m *per capita* independentes da existência de incentivos fiscais na região. Com a utilização da primeira variável de controle queremos verificar como outra política pública que de certa forma também tenderia, mesmo que em menor impacto, a movimentar a economia regional e melhorar a renda familiar; influenciaria nos resultados eleitorais. Com as outras duas variáveis, buscamos evidenciar se uma melhora nos indicadores econômicos por si só já traria resultados eleitorais, mesmo sem a influência das políticas fiscais em estudo.

Do ponto de vista prático, iremos realizar uma série de análises estatísticas, onde a variável dependente é sempre o resultado eleitoral nos municípios do Estado, e a variável independente é *ben*, ou seja, o volume de recursos financeiros frutos de incentivos fiscais aplicados em determinado município. Iremos fazer essas mesmas análises substituindo a variável independente pelos indicadores: *trab*, a quantidade de postos de trabalho criados em determinado município e *pib*, o PIB-m *per capita* em determinado município de um ano para outro. Esse procedimento permitirá a análise das variáveis separadamente, visando identificar quando e em quais municípios eles tem maior poder de explicação sobre a variável dependente. Dessa forma poderemos identificar quando as três variáveis do modelo funcionam ao mesmo tempo para explicar a influência das políticas fiscais nos resultados eleitorais. Lembrando que nossa hipótese central a ser testada é existência das três variáveis independentes agindo simultaneamente e de forma convergente no processo eleitoral (ver quadro de hipótese, página 22).

Sendo assim, quando as variáveis do modelo funcionarem de forma divergente poderemos avaliar e buscar identificar um padrão de comportamento nessas divergências, objetivando mensurar o valor de *c* (constante) que cada variável explicativa teria na equação. Além disso, quando *trab* e *pib* forem significativos ao mesmo tempo ou não, estaremos utilizando os mesmo como variáveis de controle, isso porque, a ocorrência de resultados eleitorais independentemente da existência de políticas fiscais nega a nossa hipótese central. Nesse mesmo caminho a utilização do volume de recursos financeiros advindos de políticas de transferência de renda direta aplicados em determinado município como variável independente, também, servirá de parâmetro de controle para o modelo proposto, nesse caso específico simbolizado por *renda*.

Alguns trabalhos analisando o impacto de políticas públicas de transferência direta de renda já foram realizados em âmbito nacional. Todos eles buscam compreender o papel do Bolsa Família nos processos eleitorais para a Presidência da República. Em um desses estudos, Zucco (2008) argumenta que no ciclo eleitoral de 2006, na reeleição do Presidente Lula, sua base eleitoral sofreu uma grande mudança. Saindo das áreas mais desenvolvidas do país em direção as mais pobres. Segundo Zucco (2008), isso se deu principalmente pelo avanço do Programa Bolsa Família que derramou milhares de reais nas regiões mais pobres do país, criando uma grande de eleitores gratos pela implantação da política pública mencionada.

Em outro trabalho, Carraro *et alli* (2007), estudando o mesmo fenômeno chega a uma outra conclusão. Para ele e seus colegas, a explicação para a mudança regional e econômica do apoio eleitoral do Presidente Lula é explicada pelos avanços econômicos alcançados por estas populações mais carentes, tais como aumento no número de empregos e renda. Para eles, o Bolsa Família não foi importante nessa mudança.

Para o nosso trabalho, esses estudos servem como inspiração, apesar de não estarmos aqui trilhando os mesmos caminhos. Apesar de nossa variável independente principal ser também uma política pública focalizada ou direcionada a uma parcela específica da população, ao contrário das políticas de transferência de renda direta, temos uma política pública de difícil percepção social. Ou seja, iremos analisar uma política macroeconômica e desenvolvimentista, de difícil percepção pelo indivíduo comum. Além disso, trabalharemos com três variáveis ao mesmo tempo, o que torna o estudo mais complexo. E teremos a política de transferência de renda estadual, apenas como variável de controle.

2.2. Apresentação dos dados⁴

Esse trabalho envolve um grande número de informações as quais passamos a apresentar. Cabe lembrar que os dados abrangerão os 246 municípios do Estado de Goiás no período de 2003 à 2010⁵.

A variável dependente do modelo proposto é o resultado eleitoral dos anos de 2004, 2006, 2008 e 2010. Ou seja, estaremos trabalhando com quatro ciclos eleitorais, dois municipais e dois estaduais. Trabalharemos apenas com os resultados majoritários, isto é, os votos para prefeitos e para o governador do Estado. Os dados utilizados foram obtidos através do sítio do Tribunal Superior Eleitoral – TSE (<http://www.tse.jus.br/>) e filtrados com o objetivo de identificar o número de votos obtidos pelo grupo político no poder, o qual patrocina a política pública em estudo, tanto nas eleições municipais quanto nas estaduais. No caso do Estado de Goiás, estamos falando do PSDB e seus aliados⁶. Desta feita, poderemos mensurar a influência das variáveis independentes nos resultados eleitorais do grupo político patrocinador da política de incentivos fiscais no Estado desde 1998.

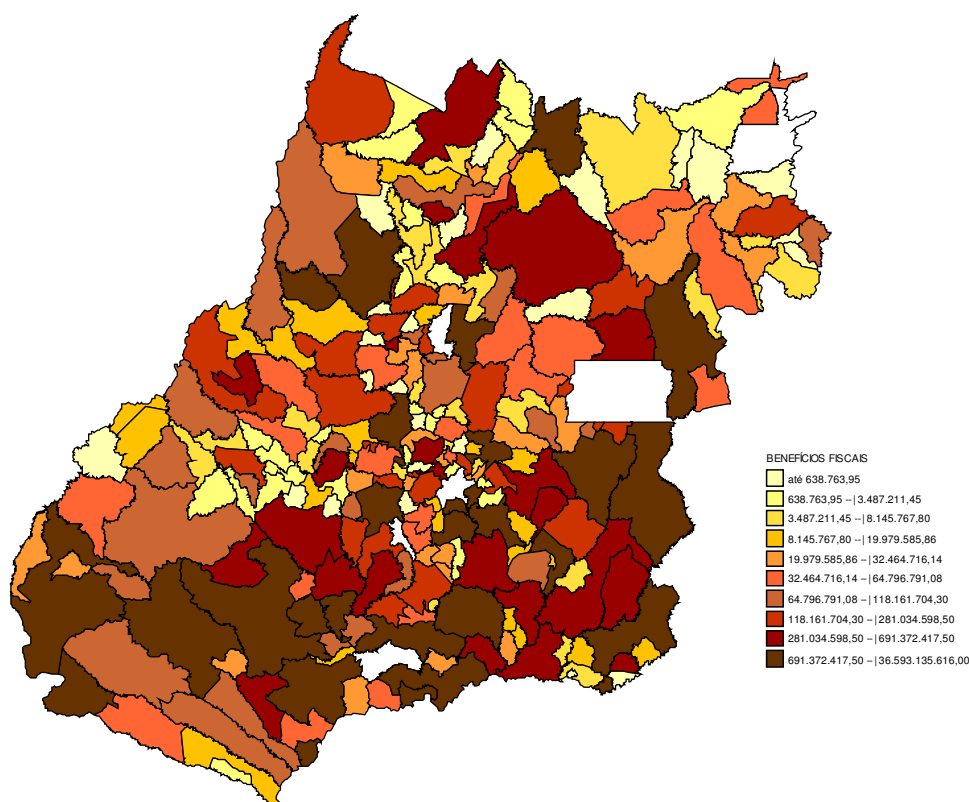
⁴ Toda a base de dados coletada e tabulada poderá ser solicitada através do e-mail alessandromsilva@yahoo.com.br.

⁵ Em alguns casos os resultados eleitorais não foram disponibilizados.

⁶ Os aliados do PSDB variaram bastante ao longo dos ciclos eleitorais estudados, principalmente nos ciclos municipais, não sendo possível descrever as coligações ocorridas. Contudo, a tabela com as coligações por município e por eleições poderá ser solicitada através do e-mail alessandromsilva@yahoo.com.br.

A primeira variável independente do modelo é o volume de incentivos fiscais contabilizados pelas empresas inscritas no Estado de Goiás que se beneficiam de algum programa ou política de isenção ou redução dos encargos tributários. Nesse caso em especial estaremos tratando de renúncia à arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. Os dados em tela foram extraídos das Declarações Periódicas de Informações Econômico Fiscais – DPI e disponibilizados pela Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás – SEFAZ/GO. É importante compreender o que exatamente significam os dados e nesse sentido faz-se necessário explicar que o ICMS é um imposto sobre o consumo, ou seja, ele é devido a partir do momento que um produto ou um serviço de telecomunicação é prestado. Sendo assim, no momento que o incentivo é contabilizado por uma indústria, isso significa que ela já se encontra em operação, ou em outras palavras, já realizou as contratações necessárias à sua operação e já começou a influenciar na geração de riquezas locais.

MAPA 1 – BENEFÍCIOS FISCAIS (2003-2010)

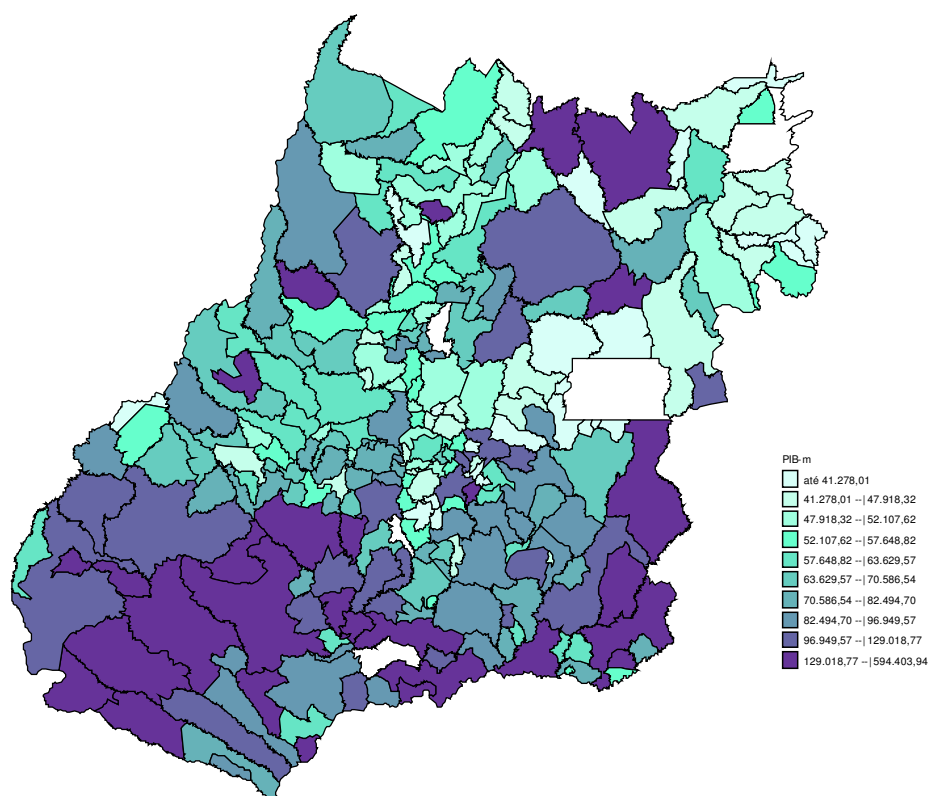


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados das Declarações Periódicas de Informações Econômico Fiscais – DPI (Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás – SEFAZ/GO).

A segunda e a terceira variáveis são econômicas e exatamente buscam identificar a influência da utilização dos benefícios fiscais na economia local. Desta feita, o Produto

Interno Bruto per Capita – PIB e o nº de postos de trabalhos criados ou fechados no ano são de suma importância para o modelo proposto. Os dados do PIB foram disponibilizados pelo Instituto Mauro Borges – IMB, o qual é a instituição pública vinculada ao Estado de Goiás responsável pelo levantamento oficial dos dados estatísticos estaduais. E podem ser encontrados através do sítio <http://www.imb.go.gov.br/>.

MAPA 2 – PIB-m (2003-2010)

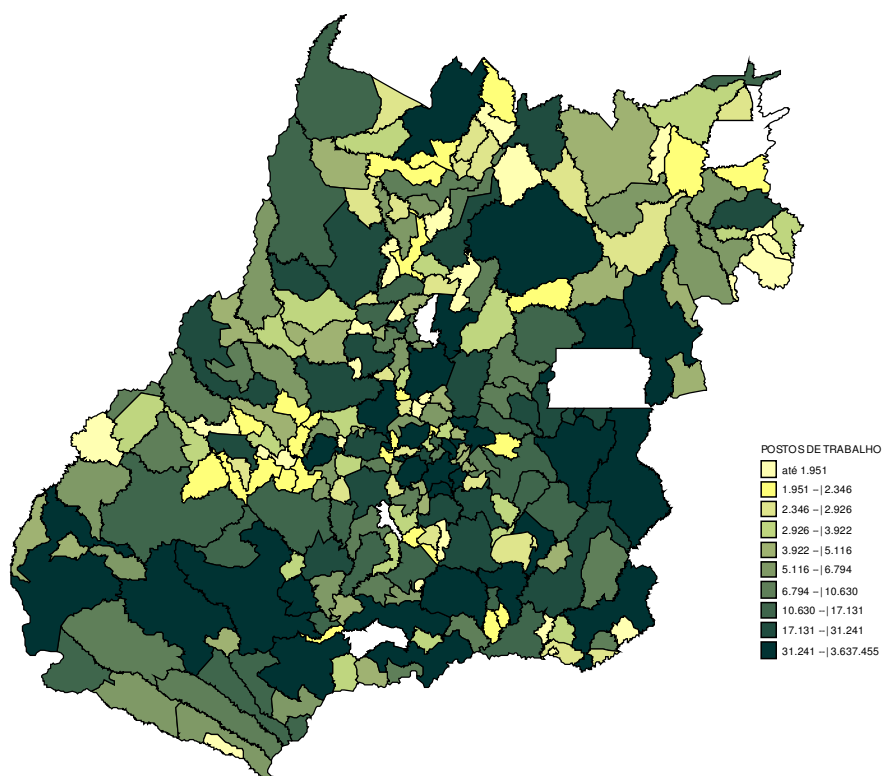


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do PIB Municipal disponibilizados pelo Instituto Mauro Borges – IMB (Secretaria de Gestão e Planejamento – SEGPLAN/GO).

Já os dados relativos ao número de empregos (postos de trabalho) correspondem ao total de vínculos empregatícios ativos, o que é diferente do número de pessoas empregadas, pois um mesmo indivíduo pode estar ocupando mais de um posto de trabalho na data de referência. Como vínculo empregatício entende-se a relação de emprego mantida com o empregador durante o ano-base e que se estabelece sempre que ocorrer trabalho remunerado com submissão hierárquica ao empregador e horário pré-estabelecido por este. Esta relação pode ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT ou pelo Regime Jurídico Único, no caso de emprego estatutário. Adicionalmente a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS levanta dados sobre vínculos de trabalhador avulso, trabalhador temporário

(Lei nº 6.019, de 03/01/74), menor aprendiz, diretor sem vínculo que tenha optado por recolhimento do FGTS e trabalhador com contrato de trabalho por prazo determinado (Lei nº 9.601, de 21/01/98). É a soma dos subsetores: Indústria de Extração de Minerais; Indústria de Transformação; Serviços Industriais de Utilidade Pública; Construção Civil; Comércio; Serviços; Administração Pública Direta e Indireta; Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca; e Atividade não Especificada ou Classificada. Nesse caso os dados são oriundos do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e podem ser encontrados através do sítio <http://portal.mte.gov.br/rais/estatisticas.htm> clicando em estatísticas municipais e pesquisando a variável “Empregos – Total (número)” dentro dos “Aspectos Socioculturais”.

MAPA 3 – POSTOS DE TRABALHO (2003-2010)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Ministério do Trabalho e Emprego – MTE).

Para completar, utilizaremos os dados dos gastos efetuados pelo Governo Estadual através do Programa Renda Cidadã, como variável de controle do modelo. O Renda Cidadã consiste em um programa de transferência direta de renda para a população em condições de pobreza alimentar. É importante esclarecer que o programa em tela possui três formas de benefício, o mais comum deles é a transferência direta de renda, ou seja, o beneficiário tem um cartão e saca um valor financeiro todos os meses; o segundo benefício é o financiamento

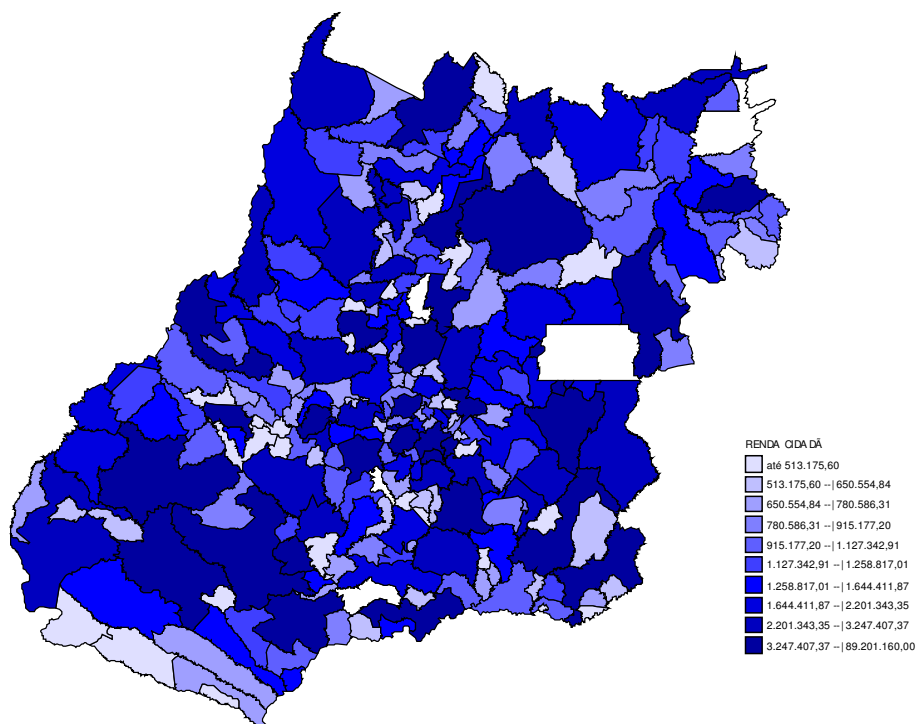
de pão e leite para entidades carentes e por fim o subsídio nas contas de água e luz das famílias em estado de pobreza. Nós utilizaremos todos os três benefícios do Programa, somando seus valores e agrupando-os por município e por ano.

TABELA 3 – RENDA CIDADÃ

ANO	VALOR
2003	R\$ 52.066.734,76
2004	R\$ 109.385.830,67
2005	R\$ 102.880.397,84
2006	R\$ 114.662.325,41
2007	R\$ 40.036.507,81
2008	R\$ 26.339.071,89
2009	R\$ 46.178.832,84
2010	R\$ 63.581.710,18
TOTAL	R\$ 555.131.411,40

Fonte: Gastos anuais efetuados pelo Governo Estadual através do Programa Renda Cidadã (Secretaria de Gestão e Planejamento – SEGPLAN/GO).

MAPA 4 – RENDA CIDADÃ (2003-2010)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos gastos efetuados pelo Governo Estadual através do Programa Renda Cidadã (Secretaria de Gestão e Planejamento – SEGPLAN/GO).

Por fim, apresentamos, abaixo, uma tabela com as estatísticas descritivas dos dados utilizados, agrupados por ano.

TABELA 4 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Variável	Símbolo	Ano (t)	N	Unid. Medida	Média	Desvio Padrão	Min	Max	Fonte
Benefícios Fiscais	<i>ben</i>	2003	246	Moeda (R\$)	50.800.000	218.000.000	254	2.760.000.000	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás - SEFAZ/GO
Benefícios Fiscais	<i>ben</i>	2004	246	Moeda (R\$)	60.900.000	252.000.000	0	3.070.000.000	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás - SEFAZ/GO
Benefícios Fiscais	<i>ben</i>	2005	246	Moeda (R\$)	65.600.000	306.000.000	2.817	4.000.000.000	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás - SEFAZ/GO
Benefícios Fiscais	<i>ben</i>	2006	246	Moeda (R\$)	71.200.000	320.000.000	3.520	4.110.000.000	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás - SEFAZ/GO
Benefícios Fiscais	<i>ben</i>	2007	246	Moeda (R\$)	83.800.000	372.000.000	10	4.660.000.000	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás - SEFAZ/GO
Benefícios Fiscais	<i>ben</i>	2008	245	Moeda (R\$)	104.000.000	459.000.000	0	5.420.000.000	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás - SEFAZ/GO
Benefícios Fiscais	<i>ben</i>	2009	246	Moeda (R\$)	110.000.000	493.000.000	0	6.040.000.000	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás - SEFAZ/GO
Benefícios Fiscais	<i>ben</i>	2010	246	Moeda (R\$)	125.000.000	557.000.000	0	6.550.000.000	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás - SEFAZ/GO
Produto Interno Bruto Municipal (<i>per capita</i>)	<i>pib</i>	2003	246	Moeda (R\$)	7.648	6.498	1.832	55.924	Instituto Mauro Borges - IMB/GO
Produto Interno Bruto Municipal (<i>per capita</i>)	<i>pib</i>	2004	246	Moeda (R\$)	8.382	7.301	1.979	66.001	Instituto Mauro Borges - IMB/GO
Produto Interno Bruto Municipal (<i>per capita</i>)	<i>pib</i>	2005	246	Moeda (R\$)	8.291	6.370	2.103	57.699	Instituto Mauro Borges - IMB/GO
Produto Interno Bruto Municipal (<i>per capita</i>)	<i>pib</i>	2006	246	Moeda (R\$)	8.730	6.394	2.177	58.882	Instituto Mauro Borges - IMB/GO
Produto Interno Bruto Municipal (<i>per capita</i>)	<i>pib</i>	2007	246	Moeda (R\$)	11.639	10.570	3.271	107.065	Instituto Mauro Borges - IMB/GO
Produto Interno Bruto Municipal (<i>per capita</i>)	<i>pib</i>	2008	246	Moeda (R\$)	11.643	10.567	3.272	107.062	Instituto Mauro Borges - IMB/GO
Produto Interno Bruto Municipal (<i>per capita</i>)	<i>pib</i>	2009	246	Moeda (R\$)	13.269	12.236	3.833	121.196	Instituto Mauro Borges - IMB/GO
Produto Interno Bruto Municipal (<i>per capita</i>)	<i>pib</i>	2010	246	Moeda (R\$)	14.820	14.564	4.242	167.435	Instituto Mauro Borges - IMB/GO
Postos de Trabalho Ativos	<i>trab</i>	2003	246	Carteiras Assinadas	3.362	24.601	25	378.494	Ministério do Trabalho e Emprego - TEM (RAIS)
Postos de Trabalho Ativos	<i>trab</i>	2004	246	Carteiras Assinadas	3.548	25.677	49	394.325	Ministério do Trabalho e Emprego - TEM (RAIS)
Postos de Trabalho Ativos	<i>trab</i>	2005	246	Carteiras Assinadas	3.841	27.208	95	416.506	Ministério do Trabalho e Emprego - TEM (RAIS)
Postos de Trabalho Ativos	<i>trab</i>	2006	246	Carteiras Assinadas	4.036	28.827	92	442.332	Ministério do Trabalho e Emprego - TEM (RAIS)
Postos de Trabalho Ativos	<i>trab</i>	2007	246	Carteiras Assinadas	4.315	29.498	34	450.843	Ministério do Trabalho e Emprego - TEM (RAIS)
Postos de Trabalho Ativos	<i>trab</i>	2008	246	Carteiras Assinadas	4.614	31.854	16	486.279	Ministério do Trabalho e Emprego - TEM (RAIS)
Postos de Trabalho Ativos	<i>trab</i>	2009	246	Carteiras Assinadas	4.916	33.457	110	509.775	Ministério do Trabalho e Emprego - TEM (RAIS)
Postos de Trabalho Ativos	<i>trab</i>	2010	246	Carteiras Assinadas	5.340	36.620	73	558.901	Ministério do Trabalho e Emprego - TEM (RAIS)
Programa Renda Cidadã	<i>renda</i>	2003	246	Moeda (R\$)	211.653	491.790	11.070	6.954.671	Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás - SEGPLAN/GO
Programa Renda Cidadã	<i>renda</i>	2004	246	Moeda (R\$)	444.658	1.258.188	28.763	18.300.000	Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás - SEGPLAN/GO
Programa Renda Cidadã	<i>renda</i>	2005	246	Moeda (R\$)	418.213	1.285.048	21.073	18.900.000	Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás - SEGPLAN/GO
Programa Renda Cidadã	<i>renda</i>	2006	246	Moeda (R\$)	466.107	1.282.456	34.051	18.700.000	Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás - SEGPLAN/GO
Programa Renda Cidadã	<i>renda</i>	2007	246	Moeda (R\$)	162.750	410.149	12.813	5.873.493	Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás - SEGPLAN/GO
Programa Renda Cidadã	<i>renda</i>	2008	240	Moeda (R\$)	109.746	281.703	0	3.729.619	Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás - SEGPLAN/GO
Programa Renda Cidadã	<i>renda</i>	2009	246	Moeda (R\$)	187.719	433.794	0	5.857.259	Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás - SEGPLAN/GO
Programa Renda Cidadã	<i>renda</i>	2010	246	Moeda (R\$)	258.462	725.439	13.563	10.800.000	Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás - SEGPLAN/GO
Número de Votos	<i>votos</i>	2004	246	voto	4.417	10.793	0	118.334	Tribunal Superior Eleitoral - TSE
Número de Votos	<i>votos</i>	2006	246	voto	5.348	20.690	370	296.824	Tribunal Superior Eleitoral - TSE
Número de Votos	<i>votos</i>	2008	244	voto	4.422	8.697	51	100.335	Tribunal Superior Eleitoral - TSE
Número de Votos	<i>votos</i>	2010	246	voto	5.692	18.046	347	241.115	Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse ponto, compete-nos esclarecer a ausência de variáveis políticas, tais como número de filiados por partido político ou o número de votos nos pleitos proporcionais. Apesar de entendermos e reconhecermos a importância da utilização de uma variável política para controlar os resultados de nosso modelo, não foi possível incluí-las no estudo, em razão da dificuldade encontrada para levantar e tabular as informações. Mesmo sem incluir tais variáveis de controle, entendemos que o modelo aqui discutido possui grande relevância científica e estatística. E que estamos dando um primeiro passo na busca da construção de um modelo de análise ainda incipiente na Ciência Política brasileira.

2.3. Análise dos Resultados

Iniciaremos agora análises estatísticas dos dados apresentados no capítulo anterior, começando pelos índices de correlação e chegando nas análises de regressão estatística. Especificamente, utilizaremos o método dos mínimos quadrados ordinários (MQO).

TABELA 5 – CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS

	<i>ben</i>	<i>ben (t-1)</i>	<i>pib</i>	<i>pib (t-1)</i>	<i>trab</i>	<i>trab (t-1)</i>	<i>renda</i>	<i>renda (t-1)</i>	<i>voto</i>
<i>ben</i>	1								
<i>ben (t-1)</i>	0,6627	1							
<i>pib</i>	0,1989	0,1371	1						
<i>pib (t-1)</i>	0,2091	0,1414	0,9732	1					
<i>trab</i>	0,8385	0,5042	0,0466	0,0451	1				
<i>trab (t-1)</i>	0,8370	0,4960	0,0464	0,0451	0,9998	1			
<i>renda</i>	0,6374	0,2922	0,0005	-0,0075	0,8103	0,8174	1		
<i>renda (t-1)</i>	0,6553	0,2215	0,0117	0,0074	0,7922	0,7978	0,9035	1	
<i>voto</i>	0,7204	0,5189	0,0402	0,0355	0,7586	0,7564	0,6961	0,7964	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

A primeira constatação que podemos depreender dos resultados observados na tabela 5 é que encontramos uma correlação forte entre as variáveis, a exceção é a variável *pib*. No caso da variável *ben* temos uma correlação forte com a variável *voto*, o que já não acontece quando observamos a relação entre a variável no ano anterior ao da eleição (*ben t-1*). Isso quer dizer que a influência da política de incentivos fiscais é maior no ano da eleição do que no ano anterior, pelo menos analisando somente os índices de correlação. Como já mencionamos anteriormente, a variável *pib* não demonstra possuir efeitos sobre a variável *voto*. Por outro lado, postos de trabalhos (*trab*) apresentaram índices de correlação expressivos tanto para o ano da eleição quanto para o ano anterior. Por fim, nossa variável de controle (*renda*), também, demonstrou alto nível de correlação com a variável dependente

(*voto*), tendo melhores resultados para *renda* (*t-1*). Os resultados dos índices de correlação já diferem da primeira parte de nossa análise, onde as variáveis independentes não demonstravam possuir nenhuma influência sobre os resultados eleitorais.

Passemos a analisar os resultados estatísticos das regressões conforme o modelo proposto:

MODELO 1

$$votos_t = \alpha + (c_{ben}ben_t + c_{trab}trab_t + c_{pib}pib_t) + renda_t + \varepsilon$$

Onde:

α é uma constante, que representa a interceptação da reta com o eixo vertical;

votos é número de votos alcançados pelo grupo político patrocinador da política de incentivos fiscais;

ben é o volume de recursos financeiros frutos de incentivos fiscais aplicados;

trab é a quantidade de postos de trabalho criados;

pib é o PIB-m *per capita*;

c seria o peso que cada variável explicativa teria na equação (coeficiente);

renda é o volume de recursos financeiros distribuídos através do Programa Renda Cidadã;

t é o ano; e

ε são os fatores residuais, ou os possíveis erros de medição.

Além disso, também iremos realizar teste em outros dois modelos: o primeiro deles utilizando os valores das variáveis independentes no ano anterior ao da eleição e o segundo utilizando tanto os dados do ano da eleição quanto do ano anterior. O objetivo de realizar esses testes é verificar quando as variáveis independentes possuem maior poder explicativo.

MODELO 2

$$votos_t = \alpha + (c_{ben}ben_{t-1} + c_{trab}trab_{t-1} + c_{pib}pib_{t-1}) + renda_{t-1} + \varepsilon$$

Onde:

α é uma constante, que representa a interceptação da reta com o eixo vertical;

$votos$ é número de votos alcançados pelo grupo político patrocinador da política de incentivos fiscais;

ben é o volume de recursos financeiros frutos de incentivos fiscais aplicados;

$trab$ é a quantidade de postos de trabalho criados;

pib é o PIB-m *per capita*;

c seria o peso que cada variável explicativa teria na equação (coeficiente);

$renda$ é o volume de recursos financeiros distribuídos através do Programa Renda Cidadã;

t é o ano; e

ε são os fatores residuais, ou os possíveis erros de medição.

MODELO 3

$$votos_t = \alpha + (c_{ben}ben_t + c_{trab}trab_t + c_{pib}pib_t) + renda_t + (c_{ben}ben_{t-1} + c_{trab}trab_{t-1} + c_{pib}pib_{t-1}) + renda_{t-1} + \varepsilon$$

Onde:

α é uma constante, que representa a interceptação da reta com o eixo vertical;

$votos$ é número de votos alcançados pelo grupo político patrocinador da política de incentivos fiscais;

ben é o volume de recursos financeiros frutos de incentivos fiscais aplicados;

$trab$ é a quantidade de postos de trabalho criados;

pib é o PIB-m *per capita*;

c seria o peso que cada variável explicativa teria na equação (coeficiente);

$renda$ é o volume de recursos financeiros distribuídos através do Programa Renda Cidadã;

t é o ano; e

ε são os fatores residuais, ou os possíveis erros de medição.

TABELA 6 – REGRESSÃO LINEAR (MQO)

	2004			2006			2008			2010		
	MOD 1	MOD 2	MOD 3	MOD 1	MOD 2	MOD 3	MOD 1	MOD 2	MOD 3	MOD 1	MOD 2	MOD 3
ben	-0.00000747 (0.00000505)		0.00000101 (0.0000162)	0.00000794 ^{***} (0.00000197)		0.00000911* (0.00000363)	0.00000827 ^{***} (0.00000132)		-0.00000225 (0.00000369)	0.0000107 ^{***} (0.00000124)		0.00000910* (0.00000454)
piib	-0.0286 (0.0905)		-0.357 (0.574)	-0.0493 (0.0437)		0.175 (0.143)	-0.0484 (0.0303)		0.0957 (0.208)	-0.0395 (0.0258)		0.122 (0.0930)
trab	-0.698 ^{***} (0.0968)		9.283 ^{***} -2.189	0.295 ^{***} (0.0358)		-0.851 (0.544)	0.0596** (0.0228)		-0.991 (0.741)	0.282 ^{***} (0.0331)		-2.363* -1.015
renda	0.0158 ^{***} (0.00207)		0.0164** (0.00546)	0.00756 ^{***} (0.000843)		-0.0337 ^{***} (0.00491)	0.00792 ^{***} (0.00207)		-0.00303 (0.00197)	0.00221 (0.00153)		0.00721* (0.00336)
ben (t-1)		-0.00000279 (0.00000657)	-0.00000660 (0.0000203)		0.00000728 ^{***} (0.00000200)	0.000000342 (0.00000379)		0.00000565 ^{***} (0.00000153)	0.00000817 (0.00000514)		1.23e-08 ^{***} (1.57e-09)	1.32e-09 (5.38e-09)
piib (t-1)		-0.0509 (0.102)	0.387 (0.645)		-0.0389 (0.0421)	-0.190 (0.142)		0.000198 (0.0233)	-0.0862 (0.208)		-0.0593 (0.0312)	-0.202 (0.112)
trab (t-1)		-0.506 ^{***} (0.0823)	-10.20 ^{***} -2.231		0.237 ^{***} (0.0419)	0.953 (0.585)		-0.192 ^{***} (0.0284)	0.880 (0.802)		0.327 ^{***} (0.0267)	2.854* -1.106
renda (t-1)		0.0302 ^{***} (0.00430)	-0.0114 (0.0115)		0.00934 ^{***} (0.000929)	0.0462 ^{***} (0.00549)		0.0274 ^{***} (0.00225)	0.0292 ^{***} (0.00265)		0.00175 (0.00175)	-0.00489 (0.00374)
cons	158.4 (1142.3)	262.5 (1190.0)	1177.0 (1164.7)	500.8 (515.4)	379.0 (487.0)	895.1 (460.0)	3037.2 ^{***} (483.9)	293.9 (433.3)	209.1 (448.5)	2864.3 ^{***} (583.3)	3329.0 ^{***} (597.4)	2953.4 ^{***} (603.7)
<i>N</i>	246	246	246	246	246	246	238	244	238	246	246	246
<i>Prob > F</i>	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
<i>adj. R²</i>	0.207	0.182	0.260	0.963	0.966	0.972	0.717	0.825	0.825	0.900	0.899	0.903

Standard errors in parentheses
* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observando os resultados da tabela 6, temos que para o ciclo eleitoral municipal de 2004 a política de benefícios fiscais e a renda *per capita* não apresentaram relevância estatística, mas as variáveis *trab* e *renda* apresentaram. Contudo, apenas 20,7% dos casos podem ser explicados pelo modelo. Quando utilizamos os dados relativos ao ano anterior ao da eleição (modelo 2), obtemos resultados semelhantes. O mesmo acontece quando utilizamos todos os dados ao mesmo tempo (modelo 3).

Já para o ciclo eleitoral estadual de 2006, os resultados são bem melhores. Apenas a variável *pib* é irrelevante, as demais apresentam relevância estatística e a capacidade explicativa do modelo alcança 96,3% dos casos. Para o modelo 2, os resultados são praticamente idênticos. Já no modelo 3, apenas as variáveis *ben*, *renda* e *renda (t-1)* apresentaram relevância estatística. Contudo, nesse ciclo eleitoral todos os três modelos testados apresentaram elevada capacidade explicativa.

O ciclo de 2008, também, apresenta resultados bastante expressivos. Mais uma vez, com a exceção do *pib*, todas as demais variáveis independentes são estatisticamente relevantes. Os resultados se repetem ao utilizarmos o modelo 2, mas quando usamos o modelo 3, apenas a variável *renda (t-1)* apresenta relevância estatística. Para esse ciclo, o poder explicativo do modelo é bem significativo, com 71,7% para os dados do ano da eleição e 82,5% para os outros dois testes.

Em 2010, para o modelo 1 temos a política de incentivos e os postos de trabalho com significância estatística e 90% dos casos explicados pelo modelo. Para o modelo 2, as variáveis relevantes são as mesmas e o poder explicativo é quase igual, 89,9%. Quando testamos o modelo 3, temos *ben*, *trab*, *renda* e *trab(t-1)* significativos e uma capacidade explicativa de 90,3%.

Os resultados indicam que a política de benefícios fiscais, realizada pelo Estado de Goiás nas últimas décadas, tem grande relevância e influência nos processos eleitorais. Pode-se inferir, que seus efeitos são percebidos pelos cidadãos e que influenciam o “cálculo do voto”. Vale destacar que os testes estatísticos realizados com a interação das variáveis, como supúnhamos inicialmente, não demonstraram relevância estatística e por isso foram excluídos do trabalho. Desta feita, entendemos que a lógica de interação das variáveis estudadas foi refutada pelos testes. Além disso, uma de nossas variáveis independentes (*pib*) se demonstrou insignificante, mesmo quando analisada isoladamente.

Eles, também, sugerem, o que já havíamos observado nos índices de correlação, o produto interno bruto municipal (PIB-m), utilizado no modelo para detectar o impacto

econômico da política de incentivos fiscais, não apresentou em momento alguma relevância para a análise. Uma possível explicação para a ineficiência da variável *pib* é a dificuldade de percepção de seus efeitos sociais pelo cidadão comum, ou seja, temos uma variável econômica que talvez não encontre relação com a realidade social. Um exemplo contrário, de uma variável econômica que possui relação direta com a vida em sociedade são os postos de trabalho, a qual comprovamos nesse estudo sua relevância e importância estatística para análises de comportamento eleitoral.

Além disso, o ciclo municipal de 2004, apresentam os piores resultados e indicariam o falseamento do modelo proposto. Não encontramos razões claras para explicar essa discrepância, entendemos este ser um ponto que mereça um aprofundamento do estudo posteriormente. Por outro lado, os demais ciclos demonstram a importância do modelo aqui debatido.

Deixando de lado a eleição de 2004, o próximo passo é identificar o peso da política de benefícios fiscais nos processos eleitorais, de acordo com a hipótese apresentada (modelo 1). Com base nos resultados obtidos e mantendo constante as demais variáveis, resolvemos estimar o volume financeiro de benefícios fiscais necessários para ganhar um voto a mais, e a redução percentual de votos caso os benefícios fiscais fossem excluídos da equação nos ciclos eleitorais de 2006, 2008 e 2010. Vejamos os resultados abaixo:

TABELA 7 – ESTIMATIVAS

	2006	2008	2010
Volume financeiro de benefício fiscal necessário para ganhar um voto a mais.	125.944,58	241.837,97	93.457,94
Redução percentual de votos, retirando-se os benefícios fiscais.	-11,66%	-60,11%	-47,06%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Relembrando o volume de recursos utilizados na concessão de benefícios fiscais (tabela 1, página 7) e olhando os dados acima, podemos compreender melhor o tamanho da influência da política no processo eleitoral. Por exemplo, em 2010 foram aplicados 30,7 bilhões de reais em benefícios fiscais, dividindo esse montante por R\$ 93.457,94, temos 328 mil votos a mais em razão da política de benefícios fiscais. Na mesma linha de raciocínio, com base as estimativas acima, a ausência da política fiscal implicaria em uma provável redução dos resultados eleitorais que chegariam a mais de 60% nas eleições de 2008. Esses dados corroboram as inferências até aqui apresentadas, e demonstram que uma política

pública que aparentemente está distante da população pode influir nos resultados de um pleito eleitoral.

É importante observar também que a redução de votos, já comentada, foi muito mais forte nos ciclos eleitorais de 2008 e 2010. Nesse período, o volume de recursos investidos no Programa Renda Cidadã (tabela 3, página 28) caíram drasticamente. Esse fenômeno sugere que com a redução do programa estadual de transferência de renda, a política de benefícios fiscais ganhou maior importância no processo decisório do eleitor. Essa inferência merece ser aprofundada em estudos futuros.

Outra constatação é a influência que os dados relativos ao ano anterior ao da eleição possuem, configurando que continuidade da política ano após ano promove melhores resultados. De outra forma, o teste utilizando ambos os anos ao mesmo tempo não apresentou resultados consistentes, provavelmente porque a utilização dos dados dessa forma acaba distorcendo os resultados.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises apresentadas, podemos concluir que a política de incentivo fiscal patrocinada pelo governo do Estado de Goiás influencia no processo eleitoral, levando os eleitores goianos a vislumbrarem benefícios individuais ou sociais maiores que o custo da ação de votar, o que conseqüentemente os levariam a votar a favor do governo estadual ou de seus representantes. Apesar de termos, de certa forma, comprovado nossa hipótese inicial, temos que avançar nos estudos pois ainda não está claro como os benefícios fiscais chegam ao cidadão comum.

Nossa hipótese central trabalha com três variáveis independentes: o volume financeiro de incentivos fiscais, o produto interno bruto municipal, e o número de postos de trabalho ativos; a quais atuam simultaneamente sobre a variável dependente, o número de votos alcançado pelo representante político do governo estadual. E essas variáveis, quando positivas, levariam ao sucesso nas urnas (ver quadro de hipóteses, página 22).

Os resultados expostos, sugerem que o modelo proposto indica o caminho correto para se entender a influência da política de incentivos fiscais. Isso pode ser observado através das análises estatísticas que apresentaram resultados favoráveis e relevantes, tendo apenas a variável *pib* sido descartada em razão dos resultados.

Com a utilização das regressões MQO os resultados foram positivos. Deixando claro que, com exceção do *pib*, as variáveis independentes atuam de forma coerente com a teoria apresentada. Por esse motivo, podemos inferir que cada uma dessas variáveis, possivelmente, possui sua parcela de contribuição no processo decisório individual de cada eleitor. Além disso, ficou evidente que os dados do ano anterior ao da eleição e os do ano eleitoral produzem resultados similares, o que provavelmente indica que ambos os dados são percebidos pelo eleitor como era esperado pelo modelo proposto. Nesse sentido, a utilização da política de incentivos fiscais através dos anos tende a elevar os resultados eleitorais do grupo político no poder.

Sendo assim, nos parece que o eleitor comum realiza o seu “cálculo do voto” utilizando, dentre outras, as variáveis aqui estudadas, com exceção do *pib*. Esses resultados nos levam a supor que as variáveis que compõem a racionalidade do voto são percebidas de forma dinâmica e que cada eleitor individual cria uma hierarquia pessoal, a qual o leva a tomar sua decisão. Ou seja, as variáveis importantes podem variar de acordo com a pauta de problemas a serem resolvidos, percebidos por cada eleitor de forma individualizada ou

coletivamente. Desta feita, podemos enxergar cada ciclo eleitoral com suas pautas de relevância social e a partir dessa pauta identificarmos as melhores variáveis para tentar mensurar os resultados eleitorais.

Outra constatação, foi a importância da política de benefícios fiscais para o processo. Quando analisada de forma isolada, esta variável apresenta resultados estatísticos significativos. Esses resultados reforçam a tese de que essa política pública, pouco debatida na área da Ciência Política, possui relevância no processo eleitoral. Sendo assim, o Governo patrocinador de tal política, como bem definiu Downs, é um agente social que age racionalmente e com base em interesses próprios, que nesse caso é a manutenção do poder.

Ao final, podemos depreender do trabalho realizado que os processos eleitorais seguem o mesmo dinamismo da sociedade na qual está imerso. As preocupações, as indagações e as variáveis, provavelmente, se alternam em importância para as decisões individuais do eleitor comum. Por exemplo, em outros Estados da Federação, onde a política de incentivos fiscais não é tão importante quanto em Goiás, talvez essa variável não obtivesse resultados estatísticos tão favoráveis. Talvez, em Estados, onde pobreza seja um fato social mais destacado, as políticas de transferência de renda sejam mais importantes que as demais políticas públicas. O fato é que as variáveis que envolvem o “cálculo do voto” são inúmeras e dinâmicas, provavelmente, por esse motivo tenhamos tamanha dificuldade de prever o comportamento do eleitor com maior precisão.

A teoria do Cálculo do Voto busca descrever a racionalidade do eleitor comum, mas B_i , ou a utilidade marginal da ação individual de votar, é composto por diversos fatores. E a identificação dos fatores mais importantes para cada ciclo eleitoral, talvez seja, o ponto crucial para se compreender melhor o processo eleitoral. Retornando à discussão apresentada por Hibbs, onde somente quando os indicadores econômicos estão demonstrando picos negativos é que eles entram na pauta de atenção dos eleitores. Podemos inferir que essa afirmativa valeria para qualquer indicador social e não só os econômicos. Em outros termos, a pauta eleitoral segue o dinamismo social, os assuntos que preocupam e anseiam a sociedade seriam as variáveis dominantes no processo. E cada eleitor buscaria solucionar essas questões através do seu voto. Esse mesmo debate vale para a discussão dos custos relacionados a ação de votar. Eles também são variáveis.

Por fim, podemos inferir que a condução das políticas públicas e seus resultados eleitorais dependem do grau de aderência e percepção que a sociedade tem dos mesmos. Ou seja, apesar da coerência da teoria de Downs, a qual afirma que os governos não são eleitos

para realizar políticas públicas, mas realizam as políticas para se eleger. Surge a possibilidade de uma outra interpretação sobre o mesmo objeto analítico: os governos para alcançarem seu objetivo de manutenção do poder estatal, devem realizar as políticas públicas para as quais foram eleitos, pois qualquer outro caminho pode levá-los ao insucesso eleitoral. Ou em outras palavras, todo governante deve atender aos anseios de sociedade, através da implementação de políticas públicas, para se manter no poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENSUR, Themis C.; **CRIBARI-NETO**, Francisco e **MENEZES**, Tatiane A.. *Impactos do Programa Bolsa Família nos Resultados das Eleições Presidenciais no Brasil em 2006*. Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia, 2007.

Base de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. 2003-2010. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/rais/estatisticas.htm>.

Base de dados das Declarações Periódicas de Informações Econômico Fiscais – DPI. Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás – SEFAZ/GO. 2003-2010.

Base de dados das Despesas Financeiras com o Programa Estadual RENDA CIDADÃ. Secretaria de Gestão e Planejamento – SEGPLAN/GO. 2003-2010.

Base de dados de Estatísticas Eleitorais. Tribunal Superior Eleitoral - TSE. 2004-2010. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>.

Base de dados do Produto Interno Bruto Municipal. Instituto Mauro Borges – IMB. Secretaria de Gestão e Planejamento – SEGPLAN/GO. 2003-2010. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/>.

CANÊDO-PINHEIRO, Mauricio. *Bolsa Família ou Desempenho da Economia? Determinantes da Reeleição de Lula em 2006*. Anais do XXXVII Encontro Nacional de Economia, 2009.

CARRARO, André; **JUNIOR**, Ari F. de Araújo; **DAMÉ**, Otávio M.; **MONASTEIRO**, Leonardo M. e **SHIKIDA**, Cláudio D.. *"É a economia, companheiro!": Uma Análise Empírica da Reeleição de Lula com Base em Dados Municipais*. Ibmec MG, Working Paper – WP41, 2007.

DINIZ, Clélio Campolina e **CROCCO**, Marco Aurélio. Reestruturação Econômica e Impacto Regional: O Novo Mapa da Indústria Brasileira. *Nova Economia*, vol. 6, nº 1 (1996).

DORUSSEN, Han e **TAYLOR**, Michael. *Economic Voting*. Routledge, 2ª Edição, New York (2007).

DOWNS, Anthony. An Economic Theory of Political Action in a Democracy. *The Journal of Political Economy*, Vol. 65, nº 2. (1957), pp. 135-150.

DOWNS, Anthony. *An Economic Theory of Political Action in a Democracy*. Addison-Wesley, Boston, renewed 1985.

EDLIN, Aaron; **GELMAN**, Andrew e **KAPLAN**, Noah. Voting as a Rational Choice: Why and How People Vote To Improve the Well-Being of Others. *Rationality and Society* 2007; 19; 293.

ERIKSON, Robert S.; **MACKUEN** Michael B.; **STIMSON** James A.. Bankers or Peasants Revisited: Economic Expectations and Presidential Approval. *Elsevier Science Ltd., Electoral Studies*, Vol. 19 (2000), pp. 295-312.

- FÁVERO**, Luiz Paulo (org). Métodos Quantitativos com Stata. Elsevier Editora, 1º Edição, Rio de Janeiro (2014).
- FIGUEIREDO**, Marcus. *A Decisão do Voto: Democracia e Racionalidade*. Editora UFMG, 2ª edição, Belo Horizonte, 2008.
- GELMAN**, Andrew; **PARK**, David; **SHOR**, Boris e **CORTINA**, Jeronimo. *Red State, Blue State, Rich State, Poor State: Why Americans Vote the Way They Do*. Princeton University Press, Expanded Edition, New Jersey (2010).
- GOIÁS**. Código Tributário Estadual, Lei Estadual nº11.651, de 26 de dezembro de 1991. Diário Oficial do Estado de Goiás, Poder Executivo, Goiânia, GO, em 26 de dezembro de 1991.
- HIBBS**, Douglas A.. *The American Political Economy*. Harvard University Press, Cambridge, 1987.
- REZENDE**, Fernando (Coordenador). *Competição Fiscal*. Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros, Caderno nº 02, Brasília (2006).
- RIKER**, William H. e **ORDESHOOK**, Peter C.. A Theory of the Calculus of Voting. *The American Political Science Review*, Vol. 62, nº 1 (1968), pp. 25-42.
- VARSANO**, Ricardo. A Guerra Fiscal do ICMS: Quem Ganha e Quem Perde. *Planejamento e Políticas Públicas*, nº 15 (1997).
- VIGNA**, Stefano Della e **KAPLAN**, Ethan. The Fox News Effect: Media Bias and Voting. *The Quarterly Journal of Economics*, Agosto de 2007, pp. 1187-1234.
- WOOLDRIDGE**, Jeffrey M.. *Introducción a La Econometría: Un Enfoque Moderno*. Editorial Paraninfo, Michigan State University, 2º Edição (2006).
- ZUCCO**, Cesar. The President's 'New' Constituency : Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Elections. *Cambridge University Press, J. Lat. Stud.*, Vol. 40, pp. 29-49 (2008).